

ATA N.º 10/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

14/06/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

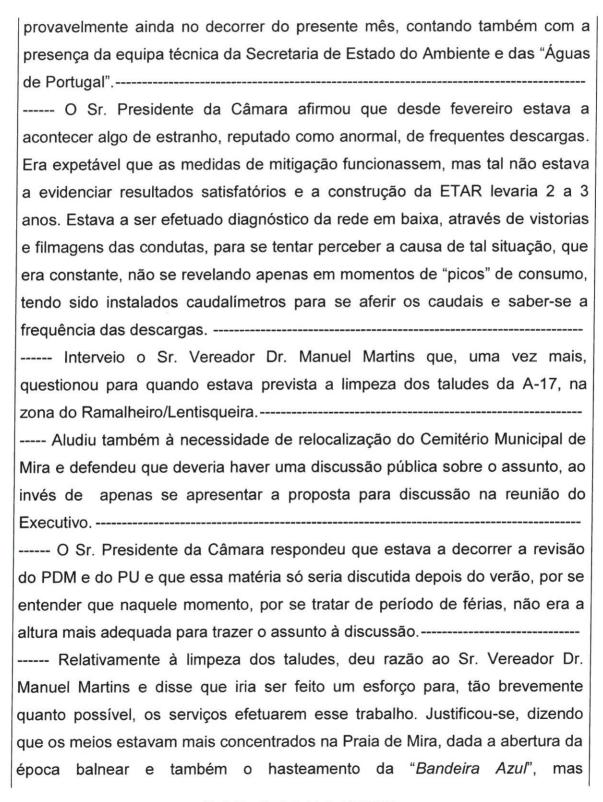


| Aos catorze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas catorze |
|------------------------------------------------------------------------------------|
| horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, |
| ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Re |
| Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs. Nelson Teixeira |
| Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, Dr. |
| Fernando José Domingues Madeira e Dr. Luis Manuel Simões Miranda |
| Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª. |
| Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº. |
| Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e |
| Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil, |
| Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes |
| Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:30 |
| horas |
| JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: |
| Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 |
| de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta |
| da Sr ^a . Vereadora Dr ^a . Madalena Isabel Colaço dos Santos |
| FINANÇAS MUNICIPAIS: |
| Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 110, de 13 de junho de |
| 2018, com um saldo orçamental de 336.981,79 € (trezentos e trinta e seis mil, |
| novecentos e oitenta e um euros e setenta e nove cêntimos) |
| APROVAÇÃO DE ATAS: |
| ATA DE 10 DE MAIO DE 2018 |
| Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 10 de maio de |
| 2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido |
| disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 11 de junho de 2018, tendo a |
| mesma sido aprovada por unanimidade |
| ATA DE 24 DE MAIO DE 2018 |

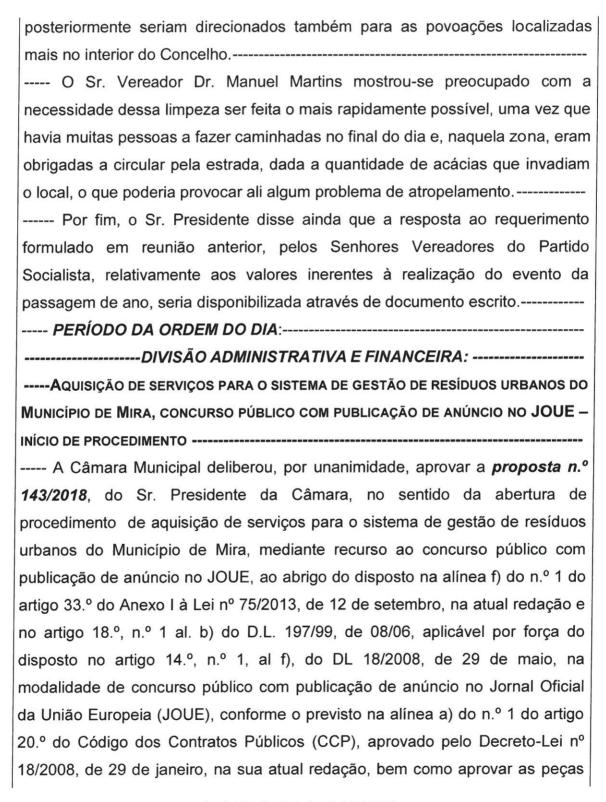


| Foi, igualmente, posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a |
|---------------------------------------------------------------------------------------|
| 24 de maio de 2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do |
| respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 11 de junho |
| de 2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade |
| PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: |
| Antecipação da data de realização da 2ª. Reunião ordinária do |
| EXECUTIVO MUNICIPAL DO MÊS DE JUNHO DE 2018: |
| Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara informou os Senhores |
| Vereadores que a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal que |
| deveria ter lugar no dia 28 de junho corrente, iria ser antecipada para o dia 21 |
| de junho de 2018, com início às 14:30h |
| Desta forma, ficaram, desde logo, convocados todos os elementos do |
| Executivo Municipal para a dita reunião, dispensando-se, assim, qualquer outra |
| forma de convocação, designadamente nos termos do previsto no nº. 4, do artº. |
| 40°., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação |
| De seguida, o Sr. Presidente convidou os Senhores Vereadores para |
| estarem presentes e integrar a tribuna, aquando da realização das "Marchas |
| Populares", na Praia de Mira, no próximo dia 16 junho e em Mira no dia 23 de |
| junho |
| De igual modo, endereçou também convite para a cerimónia de |
| hasteamento da " <i>Bandeira Azul</i> ", na Praia do Poço da Cruz e na Praia de Mira, |
| no dia 22 de junho corrente |
| Deu, depois, conhecimento do desenvolvimento da reunião tida com o Sr. |
| Secretário de Estado do Ambiente, sobre o problema de descargas de esgotos, |
| verificadas no Concelho de Mira. Disse ter ficado satisfeito com o interesse e |
| preocupação manifestada pelo mesmo, assim como a disponibilidade que tinha |
| manifestado para se deslocar a Mira, para reunir com a Assembleia Municipal |
| e também com as Assembleias de Freguesia para esclarecer o problema, |





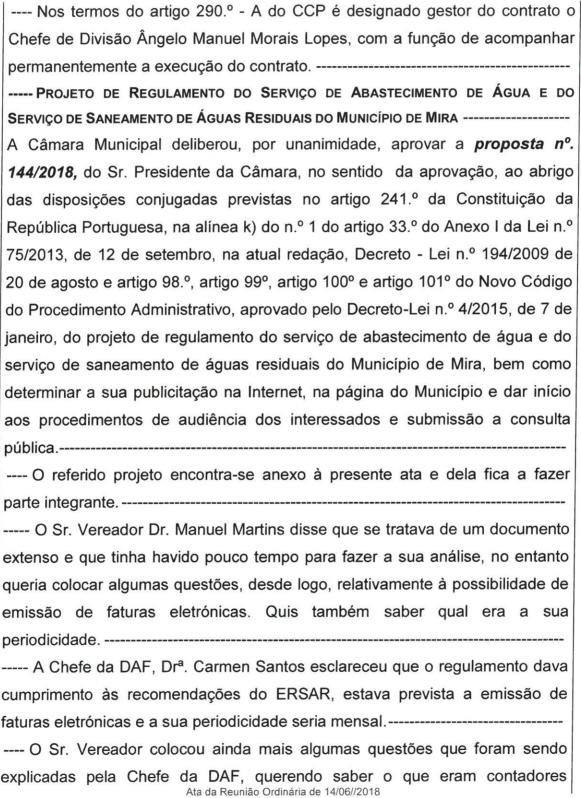






| do procedimento, minuta de anúncio, programa de procedimento e caderno de |
|------------------------------------------------------------------------------|
| encargos, documentos que se encontram anexos à presente ata e dela ficam a |
| fazer parte integrante |
| O preço base é de 835.000,00€ (oitocentos e trinta e cinco mil euros), a |
| acrescer de IVA - na previsão de vigorar por 3 anos - e enquadra-se dentro |
| dos limites para o procedimento proposto |
| No que concerne ao Júri do Procedimento, nos termos do disposto do |
| artigo 67.º do CCP, com as competências definidas no n.º 1 do artigo 69.º do |
| CCP, o mesmo terá a seguinte constituição: |
| Membros efetivos |
| Presidente do Júri – Ângelo Manuel Morais Lopes |
| 1.º Vogal efetivo - Carmen da Conceição Santos, o qual substitui o |
| presidente do júri nas suas faltas e impedimentos |
| 2.º Vogal efetivo – Jorge Nuno Barreto Rico |
| Membros suplentes |
| 1.º Suplente – Liliana Mafalda Cruz |
| 2.º Suplente – Susana Marques Facão |
| Delegação de competências no Júri do Procedimento: |
| Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, ao júri competem |
| as seguintes competências delegadas: |
| Prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do |
| procedimento solicitados pelos interessados nos termos da alínea a) do n.º 5 |
| do artigo 50.º do CCP; |
| Prorrogação do prazo para apresentação das propostas se tal se verificar |
| necessário, nos termos do artigo 64.º do CCP; |
| Designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do procedimento no |
| exercício das suas funções nos termos do n.º 6 do artigo 68.º; |

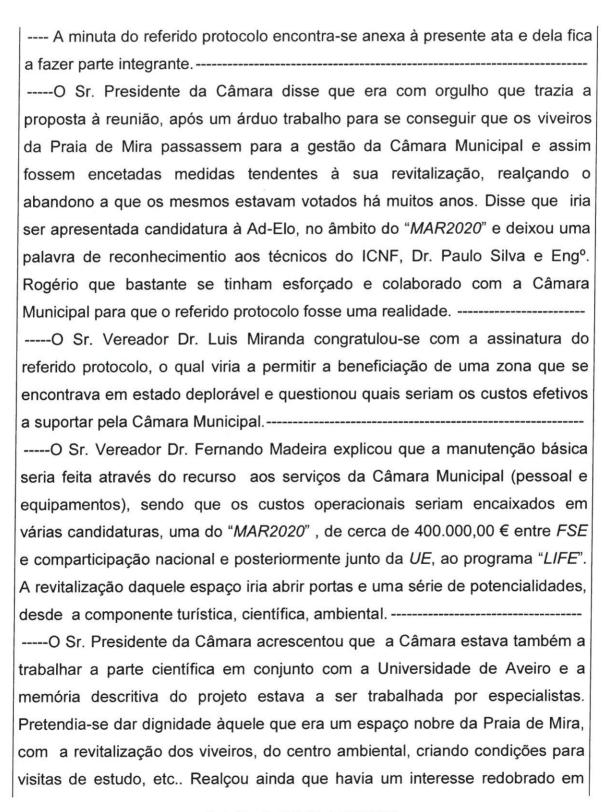




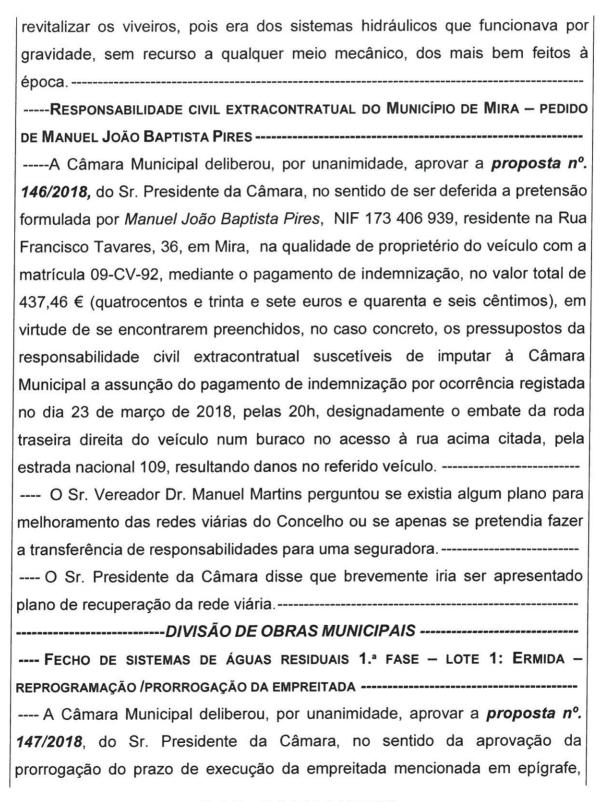


totalizadores, que tarifários familiares estavam presentemente em vigor e se os funionários da Câmara, afetos ao servico, passariam para a nova empresa. --------- Os esclarecimentos foram dados pontualmente pela Chefe da DAF e o Sr. Presidente da Câmara acrescentou que os funcionários que passassem para a empresa não perderiam o vínculo existente com a Câmara Municipal, não perdendo quaisquer direitos, estando a ser discutido o modelo que iria ser adoptado para integrar esses trabalhadores, sendo que estes teriam total ---- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E O INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I. P. (ICNF) PARA CEDÊNCIA DA GESTÃO DOS ANTIGOS VIVEIROS PISCÍCOLAS E O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BARRINHA DE MIRA ----------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta nº. 145/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação, ao abrigo das disposições conjugadas do nº 4 do artigo 13.º e nos nº 1 e 2 do artigo 35.º, ambos do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, e do n.º 2 do nº 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, todos na atual redação e de acordo com a alínea t) do nº 1 do artigo 33º e alínea k) do nº 2 artigo 25º ambos do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na atual redação, da minuta do Protocolo de Colaboração, que tem por objeto os termos da cedência da gestão, pelo ICNF ao Município de Mira da área com cerca de 5,4 hectares do Perímetro Florestal das Dunas e Pinhais de Mira, em que se desenvolvem os antigos Viveiros Piscícolas e o Centro de Educação Ambiental da Barrinha de Mira, bem como, da cooperação recíproca das partes contratantes na prossecução dos específicos fins de interesse público preconizados para a zona pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis, com destaque para o Plano Setorial da Rede Natura 2000. -----

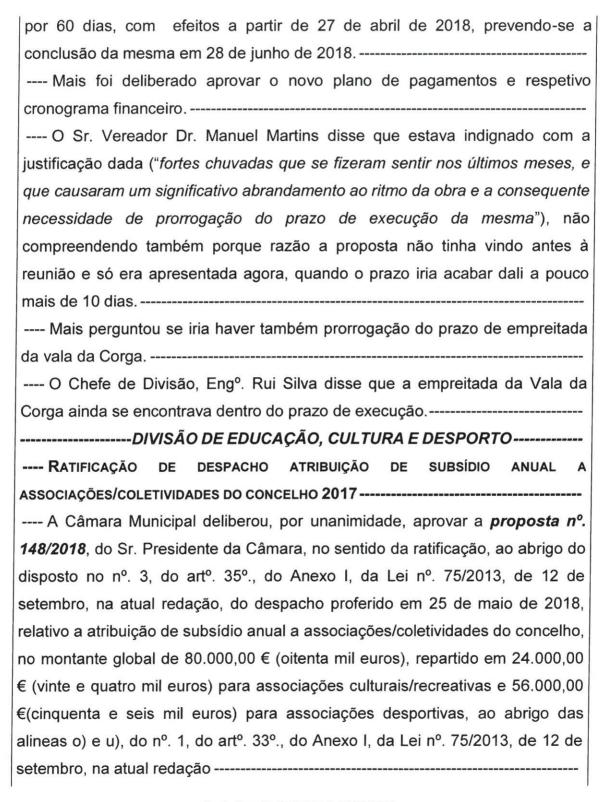








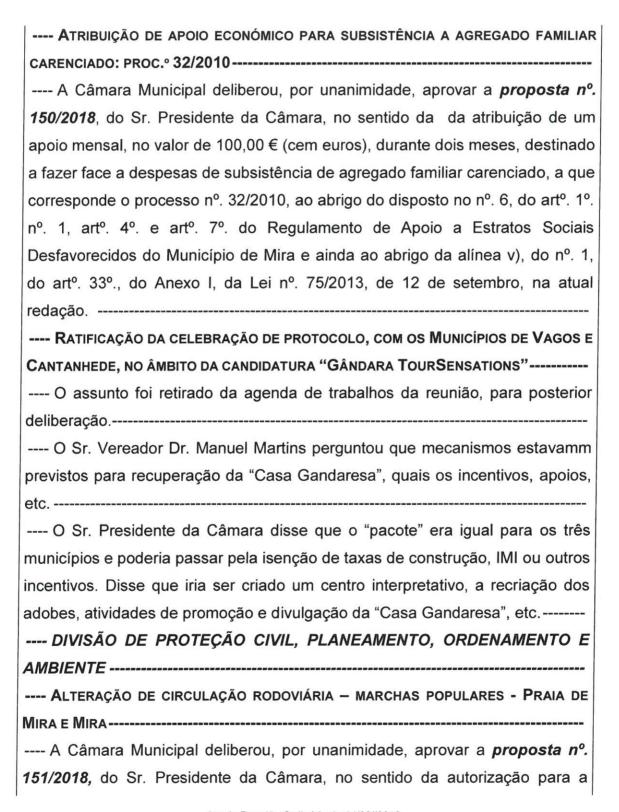




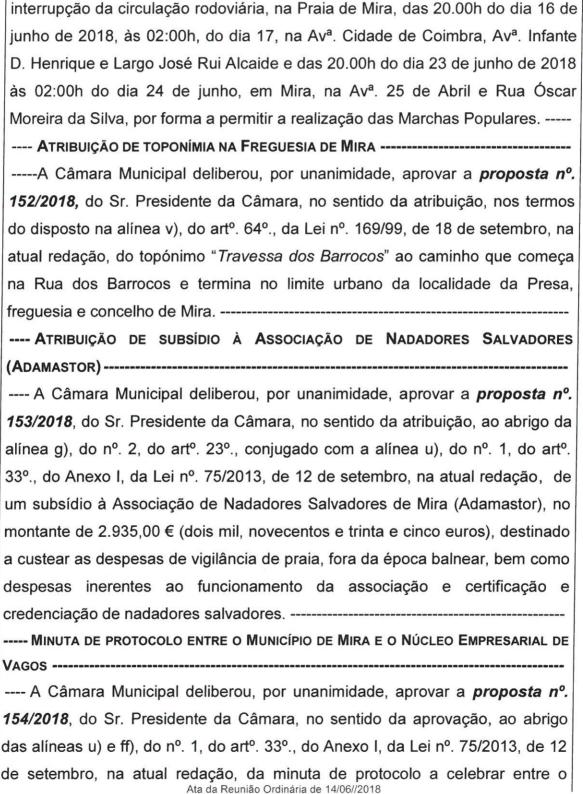


| O referido despacho econtra-se anexo à presente ata e dele fica a fazer |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| parte integrante |
| O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda disse que, na sua opinião pessoal, as |
| Casas do Porto, do Benfica e do Sporting não deviam ser enquadradas |
| naquele apoio às associações |
| Mais quis saber o que tinha sido feito pela Casa do Porto, em concreto |
| O Sr. Presidente da Câmara disse que tinha feito o torneio de pesca, o |
| concurso de fotografia e ainda a participação do torneio de S. Tomé |
| O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou quantos anos tinha o |
| regulamento de atribuição de subsídios e questionou se não haveria algumas |
| associaçõpes de menor dimensão mas com mais atividade desenvolvida |
| O Sr. Presidente disse que os critérios de atribuição de subsídios a |
| associações concelhias remontavam a 2014 e que defendia antes a existência |
| de contratos-programa de apoio. Reconheceu que os critérios não seriam |
| totalmente justos e que se tentava densificar os mesmos através do nº. de |
| atletas, as atividades desenvolvidas, atividades formativas, culturais, etc |
| RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE SUBSÍDIO À CERCIMIRA - COOPERATIVA PARA A |
| EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE MIRA CRL (SEIXO) |
| A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a $\emph{proposta} \ \emph{n}^{o}.$ |
| 149/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido no sentido da ratificação, |
| ao abrigo do disposto no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de |
| 12 de setembro, na atual redação, do despacho proferido em 30 de maio de |
| 2018, referente à atribuição de um subsídio à CERCIMIRA – Cooperativa para |
| a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de mira CRL, no valor de |
| 300,00 € (trezentos euros), ao abrigo da alinea u), do nº. 1, do artº. 33º., do |
| Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, destinado a |
| apoiar as despesas diárias de formandos |
| |

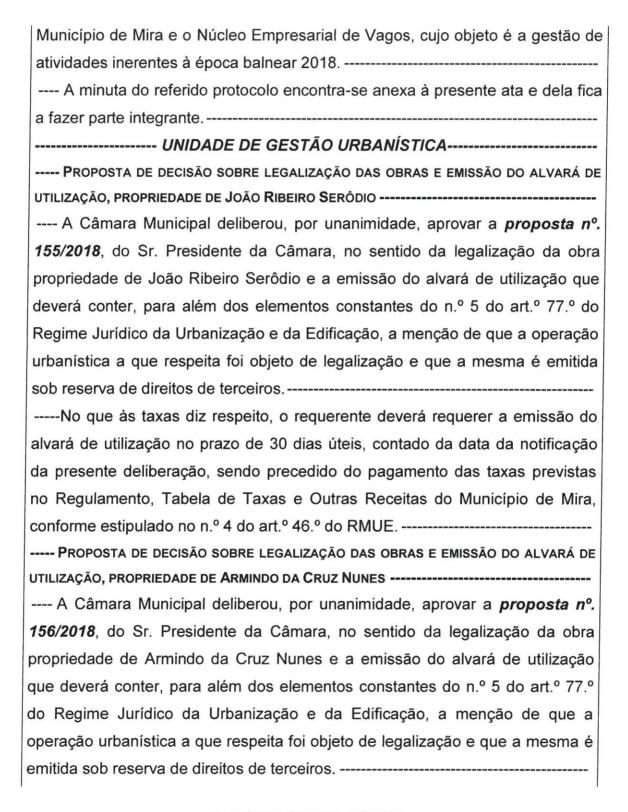




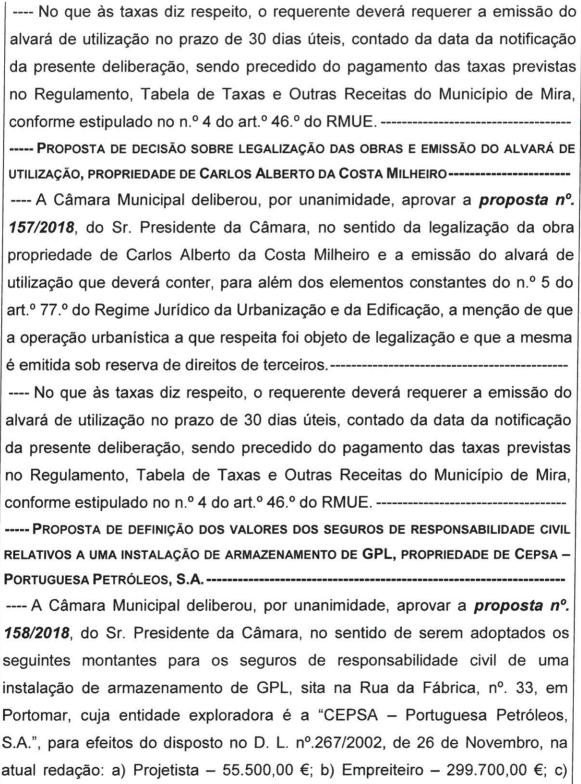














| Responsável pela execução – 55.500,00 €; d) Titular da autorização de |
|----------------------------------------------------------------------------|
| utilização (que substitui a licença de exploração) – 299.700,00 € |
| ENCERRAMENTO: |
| E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi |
| declarada encerrada a reunião, sendo 15:45h, tendo sido aprovada, por |
| unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do |
| disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de |
| setembro, na atual redação |
| E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição |
| C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi |
| - And And |
| (Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, <i>Dr.)</i> |
| |
| Deirion. |
| (Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio) |